



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

LEI MUNICIPAL Nº 683/14, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

'Regulamenta o uso e fixa valores da prestação de serviços da patrulha agrícola do município de Inhacorá/RS.'

A PREFEITA MUNICIPAL DE INHACORÁ faço saber, que a Câmara Municipal de vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A patrulha agrícola compreende todas as máquinas e equipamentos lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, devendo ser desenvolvidas todas as atividades para as quais existam equipamentos adequados, tais como: plantio, preparo da terra, pulverização, silagem e demais serviços inerentes a atividade agrícola, passíveis de serem realizados, obedecendo aos seguintes critérios:

I – A prestação de serviço da Patrulha Agrícola será realizada da seguinte forma:

a) Cada agricultor inscrito terá inicialmente direito a um dia de serviço prestado, salvo nos casos de época de período de silagem, onde será feito até 2,0 hectares por produtor, caso houver necessidade de mais serviço terá que esperar a realização do rodízio entre os demais inscritos;

II – Só serão realizados serviço de patrulha agrícola para munícipes que tiverem Bloco de Produtor no Município, em atividade;

III – As horas máquinas poderão ser pagas previamente, ou então recolhidas em até 45 (quarenta e cinco) dias após a prestação do serviço, sob pena de em havendo o pagamento, não serem realizados novos serviços;

IV - Quando da realização de serviços de silagem aos agricultores será disponibilizado apenas o trator com a ensiladeira, os demais ficarão a disposição para realização de serviços para outros agricultores, salvo casos em que não haja serviço previsto para os demais maquinários, podendo então ser liberado mais de um trator;

V – Serão realizados serviços somente onde haja condições de mecanização, ou seja, onde o maquinário consiga trabalhar sem sofrer danos, onde são previsíveis devido às condições do terreno;

VI – Serão atendidos primeiramente os pequenos agricultores que não possuem maquinário e que tenham maior necessidade dos serviços prestados pela Patrulha Agrícola;

Art. 2º. Os valores cobrados pela patrulha agrícola são os seguintes:

I – Fica fixado em **R\$ 35,00** (trinta e cinco) reais o valor da hora/máquina da patrulha agrícola, acompanhado de qualquer um dos equipamentos existentes;

II – Fica fixado em **R\$ 15,00** (quinze) reais por meio dia e **R\$ 30,00** (trintas) reais por um dia de uso o valor da taxa para empréstimo de equipamentos da Patrulha Agrícola.

CMPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

III – O equipamento da Patrulha Agrícola que sofrer dano durante o empréstimo deverá ser consertado pelo solicitante antes de ser devolvido.

Parágrafo Único: não serão objeto de empréstimo os seguintes equipamentos: roçadeira hidráulica deslocável, semeadeira de arrasto nova, aradora globo e as ensiladeiras.

Art. 3º - os valores cobrados constantes nos incisos I e II, do artigo 2º da presente Lei poderão ser reajustados através de decreto executivo.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto Executivo nº 1.761/13, de 04 de março de 2013.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE INHACORÁ/RS, 14 DE ABRIL DE 2014.

Cledi Savariz
CLEDI MARLI PIRES SAVARIZ
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

Cesar Claudinei Rodrigues
CESAR CLAUDINEI RODRIGUES
Secretário Municipal de Administração